

PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 30 de junho de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O Porto de Paranaguá iniciou sua operação em 1832 como um atracadouro gerido por particulares. Em 1917, o Governo do Paraná passou a administrar o Porto que recebeu o nome de Dom Pedro II em homenagem ao Imperador. No entanto, sua inauguração só ocorreu de fato no ano de 1935, em 17 de março, com a atracação do navio “Almirante Saldanha” da Marinha do Brasil.

Em 11 de julho de 1947, foi criada a Autarquia Estadual que levou o nome de Administração do Porto de Paranaguá, cuja denominação foi modificada posteriormente, no ano de 1971, pela Lei nº 6.249 efetivando a fusão com a Administração do Porto de Antonina criando a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), ficando a APPA responsável pela administração do Porto Dom Pedro II (Paranaguá) e do Porto Barão de Teffé (Antonina).

Algumas fases podem ser reconhecidas durante a evolução e história do Porto de Paranaguá. Tem-se a fase de estabelecimento às margens do Rio Itiberê, que ocorreu no século XVI; a fase de expansão, referente à mudança do porto para as margens da baía no início do século XX, tornando assim viável o acesso de embarcações maiores; e, por fim, a fase de especialização, na década de 1950, com granéis sólidos, iniciando com o café, e posteriormente com soja e farelo, originando o Complexo Corredor de Exportação, nos anos 1970.

Nos anos 1950 e 1960, com o auge do café, a cidade de Paranaguá teve uma expansão urbana entre os Rios Itiberê e Emboguaçu e Ilha dos Valadares. A construção da BR-277, em 1967, também se apresentou como um fator impactante no desenvolvimento do Porto de Paranaguá, sendo responsável pela ligação do litoral paranaense com o extremo oeste, resultando na ampliação da ligação entre novas áreas produtoras de cereais no Brasil, diversificando o volume de negócios no Porto.

Em 11 de dezembro de 2001 o governo do Paraná firmou um Convênio de Delegação com a União por intermédio do Ministério dos Transportes e com a regulação e fiscalização pela ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) com prazo de vigência de 25 anos prorrogáveis por mais 25 anos.

Em 13 de agosto de 2019, o Estado do Paraná é o primeiro Estado do Brasil a receber autonomia para administrar contratos de exploração de áreas dos portos organizados. Com a medida, a gestão dos arrendamentos de instalações portuárias, que antes eram definidos pela Secretaria Nacional de Portos, passam a ser controlados pela empresa pública Portos do Paraná.

Na data de 05 de maio de 2020, foi assinado antecipadamente a prorrogação do Convênio de Delegação nº.37/2001, atualizando a vigência para até 1º de janeiro de 2052 e suas cláusulas conforme a legislação do setor, como por exemplo a Lei nº.13.303/2016 (Lei de Responsabilidade das Estatais), Lei nº.12.815/2013 (Marco Regulatório dos Portos) e demais normas que passaram a vigorar após dezembro de 2001.

2 – BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As informações trimestrais da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09, Lei nº 12.973/14 e Lei nº 13.303/16, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As demonstrações financeiras também foram preparadas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB.

Não há mudanças nas operações da Companhia, itens não usuais, alteração de estimativas, mudança na composição da Companhia ou qualquer outro evento que requeira divulgação específica.

2.2. BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção das aplicações financeiras, apresentadas a valor justo por meio do resultado.

2.3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$), a moeda funcional do ambiente econômico onde a Companhia atua. Os valores apresentados nas Demonstrações e nas Notas Explicativas também são apresentados em milhares de reais exceto quando apresentados em outro formato indicado.

2.4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetem a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Os efeitos das revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidos na ocasião da própria revisão e/ou em qualquer período futuro afetado.

As principais premissas utilizadas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos são apresentadas a seguir:

- a) Valor justo de instrumentos financeiros; e
- b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

2.5. DATA DE APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão das informações em 18 de setembro de 2022.

3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

A receita da prestação dos serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando existe evidência confiável de que os riscos e benefícios inerentes a propriedade dos serviços prestados foram transferidos e/ou executados para o cliente, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e os possíveis cancelamentos dos serviços possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os serviços disponibilizados aos usuários do porto, e de que o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável.

b. Receita e despesa financeira

A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos.

As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de descontos e de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros, multas e variações monetárias.

c. Ativos circulante e não circulante

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de alta liquidez, cujos vencimentos, quando de sua aquisição, são iguais ou inferiores a 90 (noventa) dias, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado e podem ser utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

- Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

- Depósitos Judiciais

Representam depósitos realizados pela Companhia relativos a processos judiciais ou administrativos em curso.

- Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, pelo método linear, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Até o final do primeiro semestre de 2022, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

- Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados ao valor líquido de realização.

d. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço.

- Fornecedores

São inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e, posteriormente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações incorridas até a data de encerramento das demonstrações financeiras.

- Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação, legal ou constituída, como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

- Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro.

f. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

São constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda (pronunciamento contábil CPC 25) inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

g. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações

Não foram emitidos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis durante o segundo trimestre de 2022.

04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2022	31/12/2021
	R\$/1.000	R\$/1.000
Bancos conta movimento	14.348	15.584
Bancos conta vinculada (i)	1.112	1.086
Aplicações financeiras (ii)	257.094	294.890
Aplicações financeiras (iii)	(81.497)	(91.197)
Total	191.057	220.363

- (i) Saldo de contas bancárias conjuntas com clientes e prestadores de serviços depositados a título de garantia de contratos. A relação dos contratos garantidos está relacionada na tabela a seguir, e os valores estão em milhares de reais:

Contrato	Cliente/Prestador	Saldo em 30/06/2022	Banco	Agência	C/C
009/2010	Cattalini Terminais Marítimos	14	001	0259-3	70.700-7
027/2010	Centrosul Serviços Marítimos Ltda.	325	001	0259-3	69.795-8
011/2010	CPA Terminal Paranaguá S.A.	97	001	0259-3	70.673-6
029/2010	Harbor Operações Portuárias	15	001	0259-3	70.672-8
014/1999	Cattalini Terminais Marítimos	30	001	0259-3	70.817-8
003/1995	Terminais Portuários Ponto do Felix	85	001	0259-3	71.254-X
093/2021	TEAPAR	164	001	0259-3	70.874-7
31/2019	MTRD Telecomunicações Ltda	1	001	0259-3	24.632-8
053/2014	Openport Sistemas Ltda	216	001	0259-3	68.576-3
018/2007	Bestra Equipamentos Industriais Ltda	5	001	0259-3	44.469-3
065/2012	Central de Serviços Gardin Ltda	3	001	0259-3	69.730-3
020/2012	E-Sales Soluções de Integração Ltda	1	001	0259-3	68.620-4
075-2012	Inforshop Suprimentos Ltda	1	001	0259-3	69.818-0
004/2016	Portal Serviços de Pavimentação Ltda	19	001	0259-3	62.640-6
006/2007	Sigmafone Telecomunicações Ltda	1	001	0259-3	44.473-1
009/2008	Técnica Joss de Elevadores	1	001	0259-3	58.752-4
096/2021	TRC Telecom Ltda.	120	001	0259-3	90.877-0
091/2021	Valdiney Felipe Queiroz	11	001	0259-3	90.876-2
N/I	Volvo - BR - Repres. Pinho Comissária	3	001	0259-3	71.253-1
TOTAL		1.112			

- (ii) Valores aplicados em Certificados de Depósitos Bancários CDB e fundo exclusivo. Os valores aplicados em CDBs são indexados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, remunera a empresa a uma taxa média anual de remuneração de 99,50%. Os valores aplicados em fundos de investimentos possuem uma remuneração média de 100% ao CDI. Os fundos são administrados em parte pelo Banco do Brasil e em parte pela Caixa Econômica Federal.
- (iii) Refere-se a um bloqueio judicial nas cotas da aplicação junto ao Banco do Brasil – Fundo Exclusivo, como garantia de caixa na discussão de ações trabalhistas e cíveis em andamento. A composição do bloqueio está no item (iii) da NE nº 09.

05 – CONTAS A RECEBER

A Portos do Paraná, na condição de Autoridade Portuária é responsável pela cobrança das tarifas portuárias aprovadas pela ANTAQ para os Portos do Paraná. As tarifas para movimentação de carga, descarga e baldeação são conhecidas por INFRAMAR (Receitas da Infraestrutura do acesso Aquaviário), para movimentação das cargas entre o berço e o armazém ou limite da área do porto são INFRAPORT (Receitas da Infraestrutura Terrestre) e pela utilização da infraestrutura de acostagem são as tarifas conhecidas como INFRACAIS (Receitas da Infraestrutura de Acostagem). O valor a receber de clientes em 30 de junho de 2022 é de R\$22.401 (R\$7.852 em 31 de dezembro de 2021). A composição destes títulos por idade de vencimento é apresentada no quadro a seguir:

	30/06/2022	31/12/2021
A vencer	18.412	2.451
Vencidos até 30 dias	5	1.597
Vencidos de 30 a 180 dias	232	207
Vencidos a mais de 180 dias (i)	3.753	3.597
Total	22.401	7.852
Parcela do circulante	22.401	7.852
Parcela do não circulante	-	-
Total	22.401	7.852

	30/06/2022	31/12/2021
Depósito judicial – processo 1749/07 (ii)	286.152	271.147
Provisão para perda (Ofício 170/17-TCE)	(286.152)	(271.147)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (iii)	21.709	21.709
Provisão para perda	(21.709)	(21.709)
Total	-	-

(i) O saldo de títulos vencidos a mais de 180 dias é composto da seguinte forma:

Cliente	Valor original
Terminais Port. Ponta do Félix	3.188
Forte Solo Serviços Integrados	28
Informatizar	20
Outras	517
Total	3.753

- (ii) O montante classificado nesta rubrica refere-se ao processo judicial nº 1749/2007(hoje tramitando na 1ª Vara Federal de Paranaguá sob o nº 5000750-31.2016.404.7008), no qual o SINDOP – Sindicato dos Operadores Portuários do Estado do Paraná, questiona em nome de alguns de seus associados a legalidade de reajuste tarifário aprovado pela Resolução 715/2007-ANTAQ e autorizado pelo Conselho de Autoridade Portuária – CAP. E o juízo proferiu uma decisão liminar determinando que a diferença entre a tarifa originária e o reajuste fosse depositado em juízo até a resolução da lide. Para facilitar o controle a PORTOS DO PARANÁ emite faturas distintas referente a este acréscimo da tarifa aos clientes, os quais após efetuarem o depósito em juízo apresentam a administração portuária os comprovantes de recolhimento. Com a transformação da PORTOS DO PARANÁ em empresa pública, em setembro de 2014, estes valores foram reclassificados no ativo não circulante – créditos de longo prazo. Em 2017, o Tribunal de Contas do Estado – TCE, em um processo de auditoria expediu o ofício nº 170/2017 que pontua a incerteza do recebimento dos valores depositados em juízo e que eles não geram aumento dos benefícios econômicos. Sendo assim, para cumprir a orientação do TCE e evitar o superdimensionamento do ativo da Companhia foi registrado como PCLD o montante idêntico desta rubrica. A contrapartida do lançamento foi realizada no Patrimônio Líquido para o montante de exercícios anteriores e em conta de resultado como reversão de receita para as faturas emitidas a partir de 2017. A PORTOS DO PARANÁ optou por manter na base tributável para fins de apuração de impostos e contribuições o valor depositado mensalmente pelos clientes, mantendo o conservadorismo adotado como prática de gestão.
- (iii) A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi criada no exercício de 2015 após uma extensa e criteriosa análise dos títulos em aberto. O montante identificado no levantamento realizado pela Companhia constatou que estes títulos se referem a períodos anteriores a 2010. As limitações do sistema de gestão utilizado na época e a falta de documentos que informem e comprovem o andamento das cobranças realizadas impossibilitam juridicamente o direito de recebimento destes títulos. Por esta razão optou-se pela criação da provisão com contrapartida considerada indedutível para fins de apuração de tributos – IRPJ e CSLL. Os lançamentos realizados após estes registros iniciais recebem a tratativa conforme determina a norma contábil vigente.

06 – TRIBUTOS A RECUPERAR

	30/06/2022	31/12/2021
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	27.975	27.246
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	10.068	9.806
Programa de Integração Social - PIS	32	31
Contribuição para o Fin. da Seguridade Social – COFINS	149	149
Total	38.224	37.232

07 – ESTOQUES

O gerenciamento do estoque é realizado no sistema GMS – Gestão de Materiais e Serviços utilizados por todas as entidades públicas estaduais do Paraná. Todos os itens (produtos e mercadorias, exceto bens do ativo imobilizado, adquiridos pela administração portuária transitam pelo almoxarifado, ou seja, são registrados na aquisição e baixados quando da solicitação através de requerimento de utilização enviado pelos departamentos da PORTOS DO PARANÁ ao setor responsável. A contabilidade realiza os registros de baixa no sistema de gestão – Sênior mediante relatório emitido no GMS. O saldo de estoques em 30 de junho de 2022 é de R\$15.060 e em 31 de dezembro de 2021 é de R\$13.544.

08 – ADIANTAMENTOS

Os valores dos adiantamentos se referem ao cumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho 2019/2021, que estabelece que o empregado quando de sua fruição de férias pode optar em receber a 1ª parcela do 13º Salário, juntamente com outras verbas específicas das suas férias. O Adiantamento de passagens se refere à aquisição de passagens aéreas para a Intermodal 2020 que teve sua realização cancelada pela pandemia de COVID-19 e esse valor está em processo de análise de devolução pela Secretaria de Administração e Previdência, gestora do sistema Central de Viagens.

	30/06/2022	31/12/2021
13º Salário	2.324	-
Férias	438	933
Adto. de passagens	10	9
Total	2.772	942

09 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos registrados no Ativo da Companhia se referem a discussões judiciais na qual a PORTOS DO PARANÁ é parte. Enquanto não ocorrer o trânsito em julgado destas ações não é possível determinar se estes valores retornarão à Companhia, em caso de ganho na ação, ou serão transferidas para o resultado como despesas dedutíveis para cálculo de IRPJ e CSL, em caso de decisão final não favorável a PORTOS DO PARANÁ. Os depósitos estão classificados conforme o quadro a seguir:

	30/06/2022	31/12/2021
Trabalhistas (i)	43.821	33.058
Tributos (ii)	342.023	315.967
Cíveis	19.232	19.207
Outros (iii)	81.497	91.197
Total	486.573	459.428

- (i) O valor refere-se a depósitos recursais de ações trabalhistas em fase de conhecimento e que, portanto, não foram finalizadas. Também constam registrados nesta rubrica os valores depositados para as ações que ocorreram o trânsito em julgado e estão na fase de liquidação de sentença.
- (ii) Em novembro de 2014 a PORTOS DO PARANÁ ajuizou uma ação em face da União pleiteando o reconhecimento da imunidade tributária. Neste mesmo processo a Companhia solicitou o recolhimento através de depósito judicial para os valores apurados mensalmente dos tributos administrados pela Receita Federal do Brasil até o trânsito em julgado da ação de Imunidade Tributária. Em 26 de novembro de 2014, foi proferida decisão liminar autorizando a PORTOS DO PARANÁ a efetuar depósito judicial dos tributos federais. Em razão desta conduta prevista no Código Tributário Nacional – CTN, inciso II do art. 151, a exigibilidade dos tributos fica suspensa até a resolução da lide.
- (iii) O valor de R\$81.497 em 31 de junho de 2022 e R\$ 91.197 para 31 de dezembro de 2021 registrado em Outros refere-se ao bloqueio da aplicação financeira da PORTOS DO PARANÁ conforme mencionado na nota explicativa nº 04.

Bloqueios por natureza das ações judiciais

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Trabalhistas	3.926	18.108
Cíveis	77.571	73.089
Total	81.497	91.197

10 – OUTROS CRÉDITOS

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Convênio 54/2018 FUNESPAR	666	666
Convênio 021/2022 FUNPAR-UFPR	140	-
Provisão de IRRF sobre aplicações	622	437
Garantia Copel Comercialização S.A. - Contrato 042/2021	1.317	1.317
Total	2.745	2.420

O Convênio com a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá tem por objetivo a cooperação técnica, científica, cultural e financeira entre as Partícipes visando estruturar, implantar e gerenciar uma base de prontidão especializada no resgate e na despetrolização de fauna em caso de acidentes ambientais na área do Complexo Estuarino de Paranaguá (CEP), em atendimento aos Planos de Emergência Individual (PEI) da APPA. O objeto do convênio é contraprestação obrigatória por parte da autoridade portuária, para a manutenção de sua licença ambiental para operação das atividades portuárias na baía de Paranaguá.

11 – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Imobilizado

ESPÉCIE DE BEM	Veículos	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Construções	Máquinas e Equip.	Móveis e Utensílios	Equip. de Inform. e Tecnologia	Instalações	Equip. de medição	Imobilizado em andamento	Total
30 de junho de 2020	44	135.254	155.238	34.089	163.401	1.590	1.753	60.422	21	15.540	567.353
Aquisições	-	-	-	-	273	318	1.308	138	-	47.110	49.147
Baixas	(1.149)	-	-	-	(9)	(44)	(71)	-	-	-	(1.273)
Depreciação	(44)	-	(4.098)	(1.673)	(7.596)	(157)	(1.634)	(4.838)	(2)	-	(20.042)
Transferência	-	-	237	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixa Deprec. Acum.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste Contábil	1.149	-	-	-	8	42	71	-	-	-	1.270
Aquisições	-	-	-	-	798	-	-	-	-	-	(2.398)
31 de dezembro de 2021	-	135.254	151.377	32.416	156.875	1.749	1.427	55.722	19	62.650	597.489
Aquisições	-	-	-	-	-	362	-	-	-	28.066	28.428
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	-	(3.910)	(1.673)	(7.331)	(150)	(350)	(4.701)	(1)	-	(18.116)
Transferência	-	-	14.107	-	-	-	-	-	-	(14.107)	-
Baixa Deprec. Acum.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste Contábil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
30 de junho de 2022	-	135.254	161.574	30.743	149.544	1.961	1.077	51.021	18	76.609	607.801

No primeiro semestre a movimentação patrimonial ocorreu principalmente na conta de Obras em Andamento devido a investimentos realizados na infraestrutura marítima (Derrocagem da Palangana e Dragagem na área dos Dolphins de atracação) e na estrutura do cais (Recuperação do Pier de Inflamáveis), além de adequação da infraestrutura de segurança (ISPS-Code).

b) Intangível

ESPÉCIE DE BEM	Intangível	Intangível em andamento	TOTAL
30 de junho de 2020	830	1.097	1.926
Aquisições	908	631	2.074
Baixas	-	-	-
Amortização	(823)	-	(823)
Transferência	-	-	-
Baixa Amort. Acum.	-	-	-
Ajuste Contábil	-	-	-
31 de dezembro de 2021	435	1.728	2.163
Aquisições	-	262	262
Baixas	-	-	-
Amortização	(138)	-	(138)
Transferência	-	-	-
Baixa Amort. Acum.	-	-	-
Ajuste Contábil	-	-	-
30 de junho de 2022	297	1.990	2.288

12 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	30/06/2022	31/12/2021
Ordenados a pagar	4.330	2.733
Provisão para Férias	10.468	10.823
Provisão para 13º Salário	3.310	-
Consignações folha	278	197
Pensões a pagar	127	100
Total	18.513	13.853

13 – OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	30/06/2022	31/12/2021
Encargos da Folha	3.623	5.776
Contribuição Previdenciária - INSS	1.628	2.725
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	564	901
Imposto de renda retido na fonte – IRRF Folha	1.431	2.150
Contribuições sobre o Faturamento	211.831	193.403
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	174.351	159.180
Programa de Integração Social - PIS	37.480	34.223
Impostos e Contribuições sobre Resultados	117.079	105.333
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	30.901	27.789
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ	86.178	77.544
Encargos Retidos de Fornecedores	1.757	4.633
Contribuição Previdenciária (Lei 10.833/03)	266	1.119
Imposto de Renda Retido na Fonte (Lei 10833/03)	(61)	330
Outros Tributos Federais (PIS/COFINS/CSLL)	1.351	2.011
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	201	1.173
Parcelamento INSS/SEFA-PR	-	-
TOTAL	334.290	309.145
Parcela do Circulante	35.553	10.408
Parcela do Não Circulante	298.737	298.737

14 – ADIANTAMENTO DE CLIENTES

Para que seja liberada qualquer operação nos Portos de Paranaguá e Antonina o cliente deverá obrigatoriamente efetuar um adiantamento dos valores referente à operação pretendida. O aporte poderá ser através de caução, seguro ou fiança. Esta norma interna foi estabelecida na Ordem Serviço nº 237-12 e é utilizada inclusive para o consumo de água e energia elétrica dentro da área do porto organizado. Os adiantamentos são registrados na contabilidade e após o fechamento da operação, a PORTOS DO PARANÁ emite a fatura correspondente e compensa o valor do adiantamento recebido. Em 30 de junho de 2022 o valor desta conta é de R\$10.484 e de R\$11.346 em 31 de dezembro de 2021.

15 – PROVISÕES JUDICIAIS

	30/06/2022	31/12/2021
Trabalhistas	119.069	119.069
Cíveis	28.149	28.149
Administrativas	269.052	269.052
Precatórios (i)	29.436	27.373
Total	445.706	443.643
Parcela do circulante	-	-
Parcela do não circulante	445.706	443.643

- (i) As execuções para a cobrança de dívida de órgãos de Direito Público da União, Estados, Municípios, Autarquias e Fundações Públicas se processam pela expedição de uma ordem de pagamento para inclusão desta dívida no orçamento público. Este título é conhecido como precatório requisitório e é expedido após decisão transitado em julgado da qual o ente público tenha sido condenado. Em algumas ações o juiz determina que o valor devido possa ser reconhecido como precatório do Governo do Estado, podendo ou não ser aceito dentro do prazo estipulado, portanto, reconhecemos a provisão destas ações no curto prazo, pois caso o Estado determine o pagamento, a PORTOS DO PARANÁ deverá cumprir a requisição.

A PORTOS DO PARANÁ possui um número elevado de ações judiciais em razão da sua operação, visibilidade e representatividade econômica para o Estado do Paraná. A equipe de advogados subordinados a Diretoria Jurídica atua em todas as áreas de contencioso, administrativo e consultivo.

16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social da PORTOS DO PARANÁ é de R\$1.086.443.861,38 (um bilhão, oitenta e seis milhões e quatrocentos e quarenta e três mil, oitocentos e sessenta e um reais e trinta e oito centavos), totalmente integralizados pelo Estado do Paraná.

O capital social da Companhia só poderá ser alterado por decreto do poder executivo, mediante a capitalização, doação, bens, reservas e outros recursos de bens e direitos que vierem a ser destinados a esse fim com anuência do Conselho de Administração e da Assembleia Geral Ordinária.

b) Resultado do período

O resultado contábil para o período findo em 30 de junho de 2022 foi um lucro de 23,055 milhões de reais e para o mesmo período no exercício de 2021 a Companhia registrou um lucro contábil de 26,885 milhões de reais. Os lucros auferidos pela PORTOS DO PARANÁ deverão ser compensados com a conta de prejuízos acumulados.

O EBITDA, que significa Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, atingiu a marca de 34,768 milhões e o EBITDA Ajustado, que soma ao EBITDA outras despesas operacionais e PCLD, conseguiu atingir 54,730 milhões.

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
EBITDA	34.768	47.383
EBITDA Ajustado	54.730	78.239
Margem EBITDA	16%	22%

c) Prejuízos acumulados

O prejuízo acumulado registrado no patrimônio líquido da PORTOS DO PARANÁ para 30 de junho de 2022 é de R\$536.625 e de R\$556.397 para o período findo em 31 de dezembro de 2021.

d) Ajuste de Exercícios Anteriores

A ocorrência deste fato deu-se após apuração e levantamento de pendências ressaltadas na auditoria do exercício de 2021, sendo realizadas desta maneira readequações de ESTOQUE/ALMOXARIFADO, conforme reunião com os responsáveis da Coordenadoria de Materiais e Contabilidade na Sala da Diretoria Administrativa e Financeira.

Destaca-se que as informações apontadas na tabela abaixo foram reclassificadas pela natureza de origem da despesa, como também, revisão de Entradas e Saídas não constatadas nos controles auxiliares em razão do volume de recebimentos/entregas de materiais ocorridas fora do Almojarifado Central, sendo conseqüentemente ajustadas as movimentações pertinentes no Sistema GMS (estoque) e Sistema Sênior (Contabilidade).

Conta: 100370 - 1.01.04.01.01 - Estoque / Almojarifado			
Data	Histórico	Valor	
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almojarifado NF 2001 de COPABO INFRAESTRUTURA MARÍTIMA LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	52.559,90	Valor de ICMS do produto não lançado no GMS
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almojarifado NF 2262 de COPABO INFRAESTRUTURA MARÍTIMA LTDA cfe. posição do Sistema GMS.	1.417.354,30	Entrada de Produtos no GMS não realizada no período
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almojarifado NF 24991 de GREENTEX QUÍMICA LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	674.887,50	ÓLEO MINERAL - Abastecimento direto do reservatório do Silo Público
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almojarifado NF 26127 de GREENTEX QUÍMICA LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	676.462,50	
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almojarifado NF 30340 de DATEN TECNOLOGIA LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	7.210,50	TECLADO E MOUSE - parte integrante de NF Patrimoniada
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almojarifado NF 33795 de DATEN TECNOLOGIA LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	131,10	TECLADO E MOUSE, mais VALOR DE IPI - parte integrante de NF Patrimoniada

01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almojarifado NF 331 de HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	70.466,04	Prestação de serviços com fornecimento de materiais sob demanda de
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almojarifado NF 339 de HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	178.177,85	infraestrutura de cabeamento de rede
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almojarifado NF 342 de HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	472.243,54	lógica, cabeamento de rede telefônica com
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almojarifado NF 344 de HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	536.144,09	fornecimento de materiais e equipamentos de rede
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almojarifado NF 354 de HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	520.951,25	de dados, compreendendo
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almojarifado NF 533511 de ELETRO COMERCIAL REYMASTER LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	23.076,47	instalação, remoção, ampliação,
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almojarifado NF 593 de LOCMAQ LOCADORA DE MÁQUINAS LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	198.990,00	remanejamento, manutenção preventiva e corretiva, testes de funcionalidade.
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almojarifado NF 801 de DUE FRATELLI INF. E COM. VAREJISTA LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	16.932,00	Valor referente Reajuste Contratual (complemento de Preço e ICMS) - NF sem Item
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almojarifado NF 2262 da empresa COPABO INFRAESTRUTURA MARÍTIMA, cfe relatório de Entradas GMS.	-1.417.354,30	TIRAS DE BORRACHA - Substituição em correias transportadoras
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almojarifado NF 326 de HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	-36.163,68	Materiais do Patrimônio (RACK e NOBREAK) inseridos no Estoque/Almojarifado
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almojarifado NF 329 de HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	-108.491,04	
TOTAL		4.845.587,04	
TOTAL		3.283.557,36	

17 – RECEITA OPERACIONAL

	01.04.2022 a 30.06.2022	Semestre findo em 30.06.2022	01.04.2021 a 30.06.2021	Semestre findo em 30.06.2021	Δ%
Infraestrutura de Acesso Aquaviário	45.919	93.683	51.283	91.944	2%
Infraestrutura de Acostagem	2.303	6.023	3.450	7.121	-15%
Infraestrutura Operacional Terrestre	18.617	39.272	18.273	52.305	-25%
Receitas de Armazenagem	1.214	2.225	2.897	5.221	-57%
Receitas por Utilização de Equipamentos	7.972	15.908	8.927	8.927	78%
Diversos Padronizados	1.217	2.033	1.324	7.738	-74%
Contratos de Arrendamento	40.291	80.213	43.591	60.833	32%
Receitas Complementares	251	474	291	583	-19%
	117.784	239.831	130.036	234.672	2%
(-) Deduções da receita	(10.926)	(23.706)	(12.507)	(23.108)	3%
Receita operacional líquida	106.858	216.125	117.529	211.564	2%

As receitas da PORTOS DO PARANÁ são obtidas pela cobrança da disponibilização da infraestrutura do porto organizado aos operadores portuários para que realizem as operações de importação e exportação de produtos e mercadorias e sua armazenagem. A disponibilização do cais, canal de acesso e armazéns são cobradas mediante emissão de faturas. Para cada espécie de tarifa cobrada há uma tabela cujos valores foram aprovados pelo órgão regulador – ANTAQ.

A receita de arrendamento é reconhecida mensalmente no resultado e sua cobrança ocorre conforme estipulado no contrato firmado com o arrendatário. A base para o cálculo do valor mensal devido compreende um valor sobre cada m² arrendado e o um valor sobre o volume de cargas movimentadas no mês.

As tarifas de armazenagem são cobradas no momento da retirada da mercadoria pelo cliente. As demais receitas operacionais relacionadas com a utilização da infraestrutura portuária são reconhecidas na contabilidade no fechamento de cada navio.

Em relação aos tributos incidentes sobre o faturamento, PIS e COFINS no caso da PORTOS DO PARANÁ, eles estão sendo discutidos na ação judicial interposta pela Administração Portuária em face da União para reconhecimento da Imunidade Tributária. Enquanto a lide perdurar, por prudência, a PORTOS DO PARANÁ apura as contribuições pelo regime não cumulativo e o valor mensal apurado é recolhido através de depósito judicial conforme liminar obtida junto a 1ª Vara Federal de Paranaguá em 26 de novembro de 2014.

18 – CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos operacionais da PORTOS DO PARANÁ, compreendem gastos para manter a infraestrutura e as condições necessárias de funcionamento dos portos paranaenses, sendo todas aquelas relacionadas à atividade finalística da Autoridade Portuária, conforme a Lei 12.815/2013, o Convênio de Delegação da exploração dos portos paranaenses da União ao Estado do Paraná, e o Estatuto Social da empresa. Os custos são todas as obrigações como dragagem de manutenção do canal de acesso, bacia de evolução e berços de atracação, sinalização náutica, batimetria para verificação das profundidades, além de segurança portuária, gestão ambiental, estrutura e mão-de-obra de fiscalização, seguro compreensivo portuário etc. Os custos se classificam conforme tabela abaixo:

Custos dos Serviços Prestados	01.04.2022 a	Semestre	01.04.2021 a	Semestre	Δ%
	30.06.2022	findo em 30.06.2022	30.06.2021	findo em 30.06.2021	
Custos da Infraestrutura Marítima	19.677	34.589	(8.133)	19.998	73%
Custos da Infraestrutura de Acostagem	552	5.400	1.670	1.670	223%
Custos da Infraestrutura Terrestre	2.084	4.724	(503)	-	100%
Custos Diversos Padronizados	1.007	1.820	3.611	3.611	-50%
Custos Indiretos	28.239	58.480	42.036	49.547	18%
Total	51.559	105.013	38.681	74.826	40%

19 – DESPESAS

As despesas são os gastos com as atividades meio da organização, conforme quadro a seguir:

Despesas Administrativas	01.04.2022 a	Semestre	01.04.2021 a	Semestre	Δ%
	30.06.2022	findo em 30.06.2022	30.06.2021	findo em 30.06.2021	
Despesas com Pessoal Adm.	13.407	24.871	11.775	22.259	12%
Serviços de Terceiros e Utilidades	9.121	18.369	12.684	24.947	-26%
Despesas Gerais	5.550	12.205	408	11.093	12%
Depreciação do imobilizado	8.960	18.116	9.152	18.234	-2%
Depreciação do Intangível	52	138	448	896	-85%
Total	37.090	73.699	34.467	77.429	-5%

As despesas são os gastos com as atividades meio da organização, conforme quadro a seguir:

Outras receitas/ despesas operacionais	01.04.2022 a	Semestre	01.04.2021 a	Semestre	Δ%
	30.06.2022	findo em 30.06.2022	30.06.2021	findo em 30.06.2021	
Despesas PCLD (i)	7.559	15.005	8.641	14.966	0%
Outras Despesas Operacionais (ii)	2.541	4.957	8.821	15.890	-69%
Outras receitas(despesas) não recorrentes	368	691	126	200	246%
Total	10.468	20.653	17.588	31.056	-33%

- (i) As despesas com Provisão de Liquidação Duvidosa são aquelas referente à ação que o SINDOP impetrou contra a Portos do Paraná e que por recomendação do TCE são contabilizadas despesas de perda devido à falta de expectativa a curto prazo de recebimento dos valores questionados na referida ação (Vide N.E. nº05).
- (ii) A linha de outras despesas operacionais se refere às despesas com ações judiciais executadas, pagamento taxas obrigatórias e despesas emergenciais para atendimento às ações de combate à pandemia de COVID-19. As despesas com Provisão de Liquidação Duvidosa são aquelas referente à ação que o SINDOP impetrou contra a Portos do Paraná e que por recomendação do TCE são contabilizadas despesas de perda devido à falta de expectativa a curto prazo de recebimento dos valores questionados na referida ação (Vide N.E. nº05)

20 – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	01.04.2022 a 30.06.2022	Semestre findo em 30.06.2022	01.04.2021 a 30.06.2021	Semestre findo em 30.06.2021
Receita financeira				
Juros recebidos ou auferidos	17	45	20	78
Rendimento de aplicação financeira	9.540	17.025	2.647	4.221
Total	9.557	17.070	2.667	4.299
Despesa financeira				
Descontos Financeiros	(2)	(2)	1	-
Tarifas bancárias	(9)	(18)	(12)	(19)
Total	(11)	(20)	(11)	(19)
Variação Cambial Líquida	-	-	-	-
Resultado financeiro	9.546	17.050	2.656	4.280

21 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A PORTOS DO PARANÁ, efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os objetivos e processos de gestão dos riscos e os métodos utilizados para mensurá-los, são apresentados a seguir:

a) Risco de crédito

A PORTOS DO PARANÁ está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais em relação às contas a receber, depósitos e aplicações em instituições financeiras.

Todas as receitas da PORTOS DO PARANÁ, tanto as tarifas cobradas pelo acesso e utilização do cais, como também as receitas de apoio e armazenagem, são recebidas de forma antecipada do cliente, minimizando os riscos de inadimplência. A receita de arrendamento é cobrada mensalmente e, representou cerca de 30% do faturamento da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. O montante do risco para o período findo em 31 de março de 2022 está demonstrado a seguir:

	<u>30/06/2022</u>
Caixa e equivalente de caixa	191.057
Contas a receber	22.401
Total	<u>213.458</u>

b) Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: as aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

c) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada no porto organizado é regulada pelo poder concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro para que a PORTOS DO PARANÁ possa honrar os compromissos assumidos para manutenção da infraestrutura e investir recursos para tornar o porto mais eficiente.

d) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da infraestrutura portuária concedida ao Estado do Paraná por meio do 1º aditivo ao Convênio de Delegação nº 037/2001 com vigência até 2052. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

22 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

É a parte que está relacionada com a entidade, direta ou indiretamente, por meio de um ou mais intermediários, quando a parte: (i) controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da entidade (isso inclui controladoras ou controladas); (ii) tiver interesse na entidade que lhe confira influência significativa sobre a entidade; ou (iii) tiver controle conjunto sobre a entidade. Transação com partes relacionadas é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

Saldo a pagar a partes relacionadas

Entidades controlada pelo Estado do Paraná	30/06/2022	31/12/2021
Copel Distribuição S.A.	735	728
Cia de Tecnologia da Informação do Paraná	983	1.215
Copel Comercialização S.A.	-	-
TOTAL	1.718	1.943

REMUNERAÇÃO DOS CONSELHOS (Em reais)

	36/06/2022	31/12/2021
CONSAD - Conselho de Administração	44.982,00	44.982,00
CONFISC - Conselho Fiscal	11.245,50	11.245,50
CAE - Comitê de Auditoria Estatutário	8.434,14	8.434,14
CIA - Comitê de Indicação e Avaliação	2.811,38	2.811,38
Total	67.473,02	67.473,02

QUANTIDADE DE MEMBROS

	30/06/2022	31/12/2021
CONSAD - Conselho de Administração	9	9
CONFISC - Conselho Fiscal	2	3
CAE - Comitê de Auditoria Estatutário	2	3
CIA – Comitê de Indicação e Avaliação	4	6
Total	17	21

23 – SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado da Portos do Paraná e com os bens da União sob uso e guarda desta Companhia, e foram contratados para o período de 10 de janeiro de 2022 a 10 de janeiro de 2023.

A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da companhia e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário.

A apólice de responsabilidade civil tem a cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da Companhia, previstas na Lei 12.815, de 05/06/2013, e com vigência de 27 de janeiro de 2022 a 27 de janeiro de 2023.

A cobertura para danos aos veículos da frota própria (35 veículos) bem como eventuais danos materiais e corporais a terceiros causados em função da atividade da empresa está garantida por apólice com vigência de 14 de abril de 2021 a 14 de abril de 2022.


Abaixo, valores das coberturas vigentes (em milhares de reais):

	30/06/2022	31/12/2021
Riscos operacionais	135.000	75.000
Automóveis	1.750	1.750
Responsabilidade civil	10.000	10.000
Seguro Garantia	86.444	-

24 – EVENTOS SUBSEQUENTES

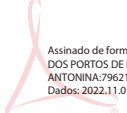
Não houve eventos subsequentes que passíveis de publicação e/ou ajuste contábil no período com compreenda a data de fechamento do trimestre e a emissão desta Demonstração Contábil.

Paranaguá, 1 de novembro de 2022.



Assinado de forma digital
por RODRIGO NERIS
CAVALCANTI:28542005864
Dados: 2022.11.01 19:26:29
-03'00'
Versão do Adobe Acrobat
Reader: 2022.003.20263

Rodrigo Neris Cavalcanti
CRC PR-066466/O-9
Contador Responsável



Assinado de forma digital por ADMINISTRACAO
DOS PORTOS DE PARANAGUA E
ANTONINA:79621439000191
Dados: 2022.11.01 19:27:32 -03'00'

Luiz Fernando Garcia da Silva
Diretor-Presidente